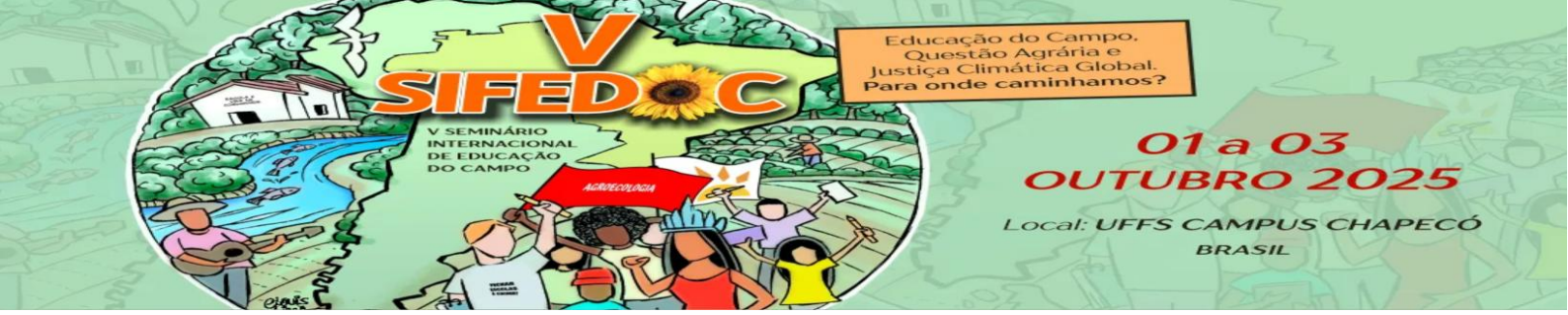


TÍTULO: ESCOLAS DO CAMPO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA PESQUISA QUALITATIVA

Zoia Ribeiro Prestes[1]

Fernanda Fochi Nogueira Insfran[2]

Círculo de Saber: Políticas Educacionais e Educação do Campo

Palavras-chave: Educação do campo; Mapeamento; Políticas públicas

Introdução

Este resumo expandido busca apresentar brevemente o percurso de um ano e meio de execução do projeto de pesquisa contemplado pelo Edital Universal 10/2023 do CNPq “Onde estão, como estão e quantas são: um mapeamento das escolas do campo no Estado do Rio de Janeiro”. Iniciado em dezembro de 2023 e com previsão de vigência de três anos, a pesquisa está sendo realizada por pesquisadores de Universidades públicas brasileiras e mexicana e ativistas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), com apoio do Deputado Flávio Serafini (PSOL/RJ), da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e da Fundação Euclides da Cunha da Universidade Federal Fluminense (FEC/UFF).

A questão central deste projeto está expressa nos questionamentos presentes no seu título: onde estão, como estão e quantas são as escolas do campo? Com base numa análise preliminar de dados do Censo Escolar 2022, levantamos a hipótese de que os termos “escola do campo” e “escola rural” são utilizados de maneira indiscriminada nos documentos oficiais, o que invisibiliza e desconsidera o histórico

[1] Doutora em Educação (UnB) e Professora Associada da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: zoiaprestes@id.uff.br

[2] Doutora em Psicologia (UFRJ) e Professora Associada da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: fernanda_insfran@id.uff.br

que envolve a construção e a resistência das escolas do campo. Além disso, o constante movimento de reorganização e fechamento de escolas em áreas rurais estaduais e municipais do Estado do Rio de Janeiro é mais um motivador para esta pesquisa.

Assim, o objetivo inicial do projeto era mapear as escolas do campo nas oito regiões administrativas do Estado do Rio de Janeiro (num total de 92 municípios), investigando e analisando a realidade dessas escolas no campo, em assentamentos e acampamentos da reforma agrária, territórios indígenas e quilombolas.

Porém, em função dos desafios experimentados nestes primeiros 18 meses de projeto, com o tímido engajamento e participação dos municípios do Estado do Rio de Janeiro na disponibilização de dados, decidimos atualizar nosso planejamento de visitas às escolas e redesenhar os objetivos e a metodologia. Em função disso, tomou-se a decisão de realizar visitas apenas aos municípios que responderam ao questionário online para, dessa forma, contemplar uma análise qualitativa amostral mais aprofundada, conhecendo e apresentando a oferta, a demanda, a qualidade, as possibilidades e as realidades das escolas do campo do Estado do Rio de Janeiro.

Portanto, apresentaremos brevemente aqui resultados preliminares das análises dos questionários que foram discutidas no II Seminário Interno do projeto de pesquisa, realizado em junho de 2025.

Fundamentação teórica: Escolas do campo ou escolas rurais?

O primeiro ponto que nos chamou atenção e que foi motivação para a submissão do projeto de pesquisa ao Edital Universal do CNPq, foi a constatação das pesquisadoras da UFF que o Censo Escolar do MEC apresentava uma denominação genérica para se referir a escolas que não estão localizadas em centros urbanos.

Entendemos que, o conceito de Educação do Campo como se refere Caldart (2012), vem sendo construído desde a luta dos movimentos populares e sindicais, desenvolvendo práticas educativas, alternativas de resistência para continuarem existindo no campo, na luta por políticas públicas para a Educação do e no Campo, na construção de uma educação *do e com* os povos do campo e não para estes. Uma

educação que esteja vinculada às lutas sociais dos diferentes sujeitos do campo, na construção de um projeto popular de desenvolvimento.

> O conceito em construção, a educação do campo, sem se deslocar do movimento específico da realidade que a produz, já pode configurar-se como uma categoria de análise da situação ou de práticas e políticas da educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvam em outros lugares e com outras denominações. E como análise, é também a compreensão da realidade *por vir*, a partir de possibilidades ainda não desenvolvidas historicamente, mas indicadas por seus sujeitos ou pelas transformações em curso em algumas práticas educativas concretas de construir políticas de educação (Caldart, 2012, p. 257).

Assim, entendemos que se trata de uma educação que deve ser *no* e *do* campo, conforme explicitado por Caldart: ”No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (Caldart, 2004, p.149).

Partindo das reflexões desta autora e diante de dados do Censo Escolar 2022, com a simplificação (e por que não dizer invisibilização?) da apresentação da localização das escolas do Estado do RJ, considera-se premente definir a diferença entre escola rural e escola do campo para viabilizar a formulação de políticas públicas para que sejam reconhecidas as especificidades desta última e suas demandas. Nessa toada, Lefebvre (1978), por sua vez, revela que o espaço, tanto rural quanto urbano, é produzido socialmente de acordo com as necessidades do capital. Dessa forma, o espaço rural, antes visto como autônomo e desvinculado das pressões urbanas, é agora apropriado pelo capital para novos fins, como a expansão imobiliária, o turismo e a exploração de recursos naturais. Sendo que essa lógica de mercantilização cria novas formas de desigualdade e exclusão, tanto no campo quanto na cidade.

Portanto, compreender a educação do campo não somente como um espaço geográfico, mas pensar nos direitos sociais, aspectos culturais e especificidades da população, que permeiam a educação camponesa, é imprescindível para a reorganização das políticas públicas voltadas para a educação do campo.

A educação do campo não pode ser somente uma adaptação à área rural, precisa ser pensada a partir do campo. É preciso encontrar maneiras de fazer com

que isso ocorra, garantindo os direitos e respeitando o contexto em que a criança, o adolescente e adultos estão inseridos.

Metodologia

A pesquisa, financiada pelo CNPq por meio do Edital Universal 10/2023, é coordenada pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e envolve pesquisadores de universidades brasileiras e mexicana[3]. Iniciada em dezembro de 2023, com previsão de conclusão em dezembro de 2026, a pesquisa já concluiu a primeira etapa, que consistiu em revisão de literatura, busca de parcerias, realização do I Seminário Interno e levantamento de dados oficiais. Em dezembro de 2024 iniciamos a segunda etapa, que consiste em análise de questionários online encaminhados às secretarias municipais de educação de todos os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro por meio de ofício da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, e em julho de 2025 iniciamos visitas às escolas do campo. Em junho de 2025 realizamos o II Seminário Interno do projeto de pesquisa, no qual apresentamos os resultados preliminares e decidimos dar um foco mais qualitativo à pesquisa, reduzindo o número de municípios e escolas a serem visitados somente àqueles que responderam ao questionário online encaminhado entre novembro de 2024 e agosto de 2025.

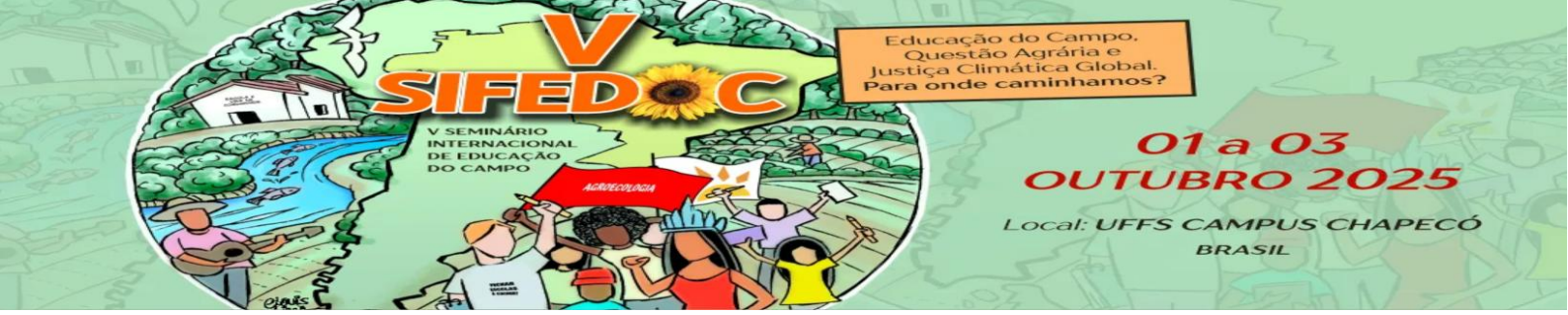
Conclusão

Apresentamos aqui, brevemente, as reflexões fruto da discussão sobre os resultados preliminares que foram debatidos no II Seminário Interno do projeto de pesquisa, ocorrido em 28 de junho de 2025 na cidade do Rio de Janeiro, com a presença dos pesquisadores do projeto e convidadas[4].

---

[3] Além das autoras deste resumo, a pesquisa em tela conta com a participação e colaboração de pesquisadores como Ana Maria Almeida da Costa (UFF/Campos dos Goytacazes), Eliud Torres Velázquez (Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM), Paulo Afonso do Prado (FioCruz), Viviane Merlim Moraes (UFF/Niterói), Daniele Grazinoli de Carvalho Grazinoli (UFRJ), Juliana Lopes (UFPR), Caroline Trapp de Queiroz (UERJ), Beatriz Corsino Pérez (UFF/Campos dos Goytacazes), Fabrícia do Nascimento Silva de Oliveira (UFRRJ), Calebe Pedro de Oliveira (UFRRJ), Carolina Arce (UERJ), Thiago Gabry (UFF/Pádua), Giovana Quitete (UFF).

[4] Participaram do II Seminário Interno, como pesquisadoras convidadas externas, as professoras Natacha Janata (UFSC) e Ana Cristina Hammel (UFFS), ambas docentes de cursos de licenciatura em educação do campo na região Sul do Brasil.



Na primeira etapa da pesquisa encaminhamos um questionário online, via e-mail e com ofício da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, que dá apoio institucional à pesquisa, para os 92 municípios do estado. O questionário com 167 perguntas foi respondido por 13 municípios (até julho de 2025) e outros 14 municípios retornaram informando que não há escolas do campo sob sua jurisdição. Além de enviar o questionário por e-mail, fizemos busca ativa por diferentes canais de comunicação junto às secretarias e não fomos bem-sucedidos. O número baixo de respostas e algumas inconsistências encontradas (na comparação das informações repassadas pelas secretarias de educação e o Censo Escolar do MEC) foram apresentadas no II Seminário. Em diálogo com pesquisadoras convidadas a colaborar com a análise dos dados, chegamos às seguintes indagações:

1) Como chegar aos municípios estimulando-os a participarem respondendo o questionário?
2) Seria possível repensar a quantidade de questões do formulário?
3) Qual a relação que se estabeleceu com o Fórum ou instância estadual de mobilização da Educação do Campo? O Fórum (ou outra denominação) está ativo, com ações no estado do Rio de Janeiro?
4) Quais as características do campo, como território, no estado do Rio de Janeiro? A falta de adesão nas respostas ao questionário pode indicar uma explicitação da forma como as secretarias municipais entendem a Educação do Campo – mantendo uma compreensão pejorativa e discriminatória em relação aos sujeitos do campo?
5) Como ocorreu e tem se dado o fechamento de escolas do campo no estado?
6) Qual a diversidade de povos que constituem o estado do Rio de Janeiro e nos permitem ampliar para a compreensão da Educação do Campo, das Águas e das Florestas?

Estas indagações contribuíram para repensarmos aspectos metodológicos, bem como objetivos da pesquisa. Assim, nos próximos passos da pesquisa, a partir do segundo semestre de 2025, buscaremos dirimir inconsistências conceituais e dos dados coletados, conhecer a realidade das escolas do campo nas dimensões físico/ estruturais/ territoriais, pedagógico-curriculares, relacionais e sociais da comunidade escolar. Para isso, decidimos focar em municípios que

responderam ao nosso instrumento de coleta de dados e representam todas as regiões administrativas do Estado do Rio de Janeiro. O primeiro município visitado, em julho de 2025, foi Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense. A escolha se deu pelo fato de o município possuir o maior número de escolas do campo do estado do Rio de Janeiro e do país. Mais informações sobre as escolas do campo visitadas nesta cidade serão apresentadas na comunicação oral deste relato.

Portanto, sem dúvida, a mudança de rota após o II Seminário Interno foi fundamental para dar visibilidade a aspectos que um mapeamento geral talvez não conseguisse contemplar. Que as vozes das comunidades escolares participantes possam ecoar a resistência necessária para uma permanência digna das escolas dos povos do campo, das águas e das florestas nestes territórios.

Referências bibliográficas

CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção. In. ARROYO, M. G. CALDART, R. S. MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo & FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Antología preparada por Mario Gaviria. 4ª ed. Barcelona: Edicions 62, 1978.